

Amartya Sen

**Desigualdade
reexaminada**

Tradução e apresentação de
RICARDO DONINELLI MENDES

Francis Lima



EDITOR A RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2001

3. Ver especialmente Hare (1952, 1963). *A linguagem da moral* é o livro de Hare (1952) onde ele expôs inicialmente a tese de que a *igualdade* opera como um princípio da lógica dos juízos prescritivos (dos quais os juízos morais — que estruturam a linguagem da moral — são um caso). (N. do T.)
4. *On Economic Inequality*; Sen 1973a na bibliografia. Já que precisarei citá-lo seguidamente (principalmente para evitar ter de repetir-me), vou referir-me a ele como OEI, forma mais facilmente identificável.
5. Existe certa ambigüidade na caracterização da concepção da utilidade como “preferência”, pois ela pode ser — e tem sido — definida de modos bem diferentes e divergentes. Se a utilidade é definida inteiramente em termos da escolha individual (como em Samuelson 1938), então sua concepção como preferência não atribui qualquer conteúdo imediato às comparações *interpessoais* e, por esta razão, não dá lugar a nenhum julgamento evidente sobre a desigualdade. Os significados ideados que podem, de alguma forma, ser artificialmente construídos (p. ex., a atrativa proposta de Harsanyi 1955 de que consideremos nossa preferência relativa a *quem* escolheríamos ser) envolvem problemas conceituais bem como dificuldades empíricas (discuti esta questão em Sen 1982a). Por outro lado, se a preferência é definida em termos de percepção de uma pessoa do desejo ou satisfação (como em Edgeworth 1881 ou Hicks 1939), então a abordagem da preferência é similar às concepções de métrica mental consideradas no texto.
6. Em muitas estruturas éticas, a insuficiente atenção prestada explicitamente a considerações de eficiência é combinada com a escolha de indicadores um tanto insensíveis para a avaliação da desigualdade, e por isso a negligência da eficiência não produz imediatamente resultados desinteressantes. Mas este tipo de “limitação dupla” é pouco justo, seja com a igualdade, seja com a eficiência. Sustento que parte deste problema está presente inclusive na formulação rawlsiana do Princípio da Diferença (Cap. 9).
7. Na verdade, uma razão para concentrar-me na diferença entre a análise de Rawls e o que proponho é precisamente minha dívida para com Rawls. Especificando com algum detalhe (Caps. 5 e 9) os distanciamentos da posição de Rawls, é possível esclarecer o que exatamente está sendo sustentado e por quê.
8. Uma observação similar pode ser feita, embora por razões um pouco diferentes, sobre os argumentos de Ronald Dworkin (1981) em favor da “igualdade de recursos” (ver Cap. 5, e também Sen 1984: cap. 13).

1

IGUALDADE DE QUÊ?

POR QUE A IGUALDADE? QUE IGUALDADE?

Duas questões centrais para a análise ética da igualdade são: (1) Por que a igualdade? (2) Igualdade de quê? Estas duas perguntas são distintas mas completamente interdependentes. Não podemos começar a defender ou criticar a igualdade sem saber do que afinal estamos falando, quer dizer, igualdade de que características (p. ex., rendas, riquezas, oportunidades, realizações, liberdades, direitos)? Possivelmente não podemos responder à primeira pergunta sem lidar com a segunda. Isso parece suficientemente óbvio.

Mas se de fato *respondemos* à segunda pergunta, ainda *necessitamos* enfrentar a primeira? Se argumentamos com sucesso em favor da igualdade de x (seja qual for este x — algum resultado, algum direito, alguma liberdade, algum respeito ou alguma outra coisa), então já argumentamos defendendo a igualdade *naquela* forma, tendo x como o padrão de comparação. De modo similar, se rebaixamos a pretensão de igualdade de x , então já argumentamos contra a igualdade naquela forma, com x como o padrão de comparação. Não há, nesta perspectiva, nenhuma pergunta “que vai além”, “mais profunda”, a ser respondida sobre por que — ou por que não — a “igualdade”. A pergunta (1), nesta análise, assemelha-se muito com a pergunta “mais ordinária” (2).

Há certo propósito em ver o problema desta forma, mas há aqui uma questão substantiva mais interessante. Está relacionada com o fato de que toda teoria normativa do ordenamento social que tenha afinal resistido ao teste do tempo parece exigir a igualdade de algo — algo que é considerado como particularmente impor-

tante nessa teoria. As teorias envolvidas são diferentes e frequentemente estão em conflito umas com as outras, mas ainda parecem ter essa característica comum. Nas disputas contemporâneas em filosofia política, a igualdade de fato figura, é claro, de forma importante nas contribuições de John Rawls (igual liberdade e igualdade na distribuição de “bens primários”), Ronald Dworkin (“tratamento como iguais”, “igualdade de recursos”), Thomas Nagel (“igualdade econômica”), Thomas Scanlon (“igualdade”), e outras geralmente associadas com uma visão “pró-igualdade”.¹ Mas a igualdade em algum espaço parece ser exigida mesmo por aqueles que são comumente vistos como objetando o “argumento a favor da igualdade” ou da “justiça distributiva”. Por exemplo, Robert Nozick pode não exigir a igualdade de utilidade ou igualdade das parcelas [holdings] de bens primários, mas ele exige sim a igualdade de direitos libertários [libertarian rights] — nenhuma pessoa tem mais direito à liberdade que qualquer outra. James Buchanan inclui tratamentos político e legal iguais — na verdade, muito mais que isso — como partes permanentes da sua visão da boa sociedade.² Em cada teoria, a igualdade é buscada em algum espaço — um espaço que se considera como tendo um papel central nessa teoria.³

Mas o que dizer do utilitarismo? Certamente, os utilitaristas em geral não querem a igualdade das utilidades desfrutadas por diferentes pessoas. A fórmula utilitarista requer a maximização da soma total das utilidades de todas as pessoas tomadas em conjunto, e isso não é, num sentido claro, particularmente igualitário.⁴ Na verdade, a igualdade que o utilitarismo busca assume a forma do tratamento igual dos seres humanos no espaço de ganhos e perdas de utilidades. Dá-se ênfase aos pesos iguais dos ganhos de utilidade de todas as pessoas na função objetivo [objective-function]* utilitarista.

Este diagnóstico de igualitarismo “oculto” na filosofia utilitarista

*Nos exercícios de otimização, “função objetivo” designa a função cujos valores são objeto de maximização sob restrição. (N. do T.)

poderia muito bem não ser aceito, pela razão de que o utilitarismo de fato envolve uma abordagem de maximização da soma total, e que se poderia pensar, como um resultado, que qualquer traço igualitário do utilitarismo não pode ser mais que accidental. Mas este raciocínio é enganador. A abordagem utilitarista sem dúvida é de maximização, mas a verdadeira questão é qual é a natureza da função objetivo que ela maximiza. Essa função objetivo poderia ter sido bastante não igualitária, p. ex., atribuir muito mais peso às utilidades de algumas pessoas do que às de outras. Ao contrário, o utilitarismo concede exatamente a mesma importância às utilidades de todas as pessoas na função objetivo e esta característica — emparelhada com o formato de maximização — garante que os ganhos de utilidade de todas as pessoas recebam o mesmo peso no exercício de maximização. O fundamento igualitário é, portanto, parte bastante central do exercício utilitarista inteiro. De fato, é precisamente esta característica igualitária que se relaciona com o princípio fundamental do utilitarismo que é “atribuir peso igual aos interesses iguais de todas as partes” (Hare 1981: 26), ou com o de “sempre atribuir o mesmo peso aos interesses de todos os indivíduos” (Harsanyi 1982: 47).⁵

O que concluímos deste fato? Uma conclusão óbvia é que ser igualitário (i. e., igualitário em um ou outro espaço ao que se concede grande importância) não é realmente uma característica “unificadora”.⁶ De fato, é precisamente porque existem tais diferenças substantivas entre a aprovação de diferentes espaços nos quais a igualdade é recomendada por distintos autores que a semelhança básica entre eles (na forma de querer a igualdade em algum espaço que é visto como importante) pode estar longe de ser transparente. Isto é especialmente assim quando o termo “igualdade” é definido — implicitamente, como é típico — como igualdade num espaço em particular.

Por exemplo, no seu interessante ensaio, “The Case against Equality” [O argumento contra a igualdade], com o qual William Letwin (1983) introduz uma coletânea importante de artigos de

diferentes autores sobre esse tema (o volume é chamado *Against Equality* [Contra a igualdade]), ele argumenta contra a igual distribuição de rendas (ou mercadorias) da seguinte forma: “Na medida em que as pessoas são desiguais, é racional supor que elas devem ser tratadas desigualmente — o que poderia significar parcelas maiores para os necessitados ou parcelas maiores para os merecedores” (“A Theoretical Weakness of Egalitarianism” [Uma fraqueza teórica do igualitarismo], 8). Mas mesmo a exigência de igual satisfação de “necessidades” [needs] é um requisito de igualdade (num espaço em particular), e de fato tem sido defendida como tal por um longo tempo. Mesmo que a idéia de “merecimento” [worth] individual seja difícil de caracterizar, as formulações da exigência de “parcelas maiores para os merecedores” tende a incluir tratamento igual para merecimentos iguais, dando a cada um a mesma recompensa por merecimento que é dada a outro. Desta forma, estas críticas do igualitarismo tendem a assumir, por sua vez, uma forma igualitária em algum outro espaço.⁷ O problema novamente se reduz a defender, implicitamente, uma resposta diferente à pergunta “igualdade de quê?”.

Algumas vezes a pergunta “igualdade de quê?” é enfrentada *indiretamente*, quando aparentemente se discute “por que a igualdade?”, com a igualdade definida num espaço específico. Por exemplo, o bem argumentado artigo de Harry Frankfurt (1987), que ataca a “igualdade como um ideal moral”, ocupa-se principalmente com rebater as pretensões do igualitarismo econômico na forma da doutrina de que é desejável para todos ter as mesmas quantias de renda e riqueza (abreviando, ‘dinheiro’)” (p. 21).⁸ Embora na linguagem da promotória o “igualitarismo” como tal fique no banco dos réus, isto se ocorre principalmente porque Frankfurt usa o termo geral para referir-se especificamente a uma versão em particular do “igualitarismo econômico”: “Esta versão do igualitarismo econômico (abreviando, simplesmente ‘igualitarismo’) também poderia ser formulada como a doutrina de que não deve haver desigualdades na *distribuição* do dinheiro” (p. 21).

A escolha do espaço para a igualdade é, portanto, central para a tese principal de Frankfurt.⁹ Seus argumentos podem ser vistos como uma discordância da exigência específica de uma interpretação comum do igualitarismo econômico por sustentarem que (1) uma tal igualdade não tem qualquer importância intrínseca maior, e que (2) que ela implica a violação de valores intrinsecamente importantes — valores que se ligam intimamente à necessidade de prestar uma igual atenção a todas as pessoas em algum outro — mais relevante — aspecto.

Querer a igualdade de *alguma coisa* — algo visto como *importante* — é sem dúvida uma semelhança de algum tipo, mas esta semelhança não coloca os grupos combatentes do mesmo lado. Só mostra que a batalha não é, num sentido importante, sobre “por que a igualdade?”, mas sobre “igualdade de quê?”.

Uma vez que alguns espaços estão tradicionalmente associados às exigências de “igualdade” na filosofia política ou social ou econômica, é a igualdade em algum desses espaços (p. ex., rendas, riquezas, utilidades) que tende a estar sob o título “igualitarismo”. Não estou argumentando contra o uso continuado do termo “igualitarismo” em algum desses sentidos; essa prática não é prejudicial se for entendida como uma exigência de igualdade num espaço específico (e, por implicação, *contra* a igualdade em outros espaços). Mas é importante reconhecer o alcance limitado desse uso, e também o fato de que exigir a igualdade num espaço — não importando o quanto seja respeitado pela tradição — pode fazer com que se seja antiigualitário em algum outro espaço, cuja importância comparativa na avaliação global tem de ser apreciada criticamente.

IMPARCIALIDADE E IGUALDADE

A análise na última seção apontou para o caráter partidário das interpretações habituais da pergunta “por que a igualdade?”. Essa

questão, como sustentei, tem de ser enfrentada simplesmente do mesmo modo, mesmo por aqueles que são vistos — por si mesmos e pelos outros — como “antiigualitários”, pois eles também são igualitários em *algum* espaço que é importante em suas teorias. Mas claramente não se sustentou que a pergunta “por que a igualdade?” era, em qualquer sentido, vã. Podemos ser persuadidos de que as disputas básicas provavelmente serão sobre a “igualdade de quê?”, mas ainda poderia ser perguntado se *necessita haver* uma exigência de igualdade em *algum* espaço importante ou outro. Mesmo se resultar que toda teoria substantiva dos ordenamentos sociais em voga é, de fato, igualitária em algum espaço — um espaço visto como central em tal teoria — ainda há necessidade de explicar e defender aquela característica geral em cada caso. A prática compartilhada — mesmo que fosse universalmente compartilhada — ainda necessitaria de alguma defesa.

O problema a ser enfrentado não é tanto se *deve* haver, *por razões estritamente formais* (tais como a disciplina da “linguagem da moral”), igual consideração por todos, em algum nível, em todas as teorias éticas do ordenamento social.¹⁰ Esta é uma questão interessante e difícil, mas não é necessário enfrentá-la no presente contexto; a resposta para ela não é, a meu juízo, de nenhum modo clara. Estou mais interessado na questão de se as teorias éticas devem ter este traço básico de igualdade para serem substantivamente plausíveis no mundo em que vivemos.

Pode ser útil perguntar *por que* tantas teorias substantivas completamente diferentes da ética dos ordenamentos sociais têm o traço comum de exigir a igualdade de *alguma coisa* — algo importante. Creio ser possível sustentar que, para possuir algum tipo de plausibilidade, o raciocínio ético sobre problemas sociais deve envolver a igual consideração elementar por todos em *algum* nível visto como crítico. A ausência de tal igualdade faria uma teoria ser arbitrariamente discriminatória e difícil de ser defendida. Uma teoria pode aceitar — na verdade, exigir — a desigualdade em termos de muitas variáveis, mas ao defender essas desigualdades seria

difícil escapar da necessidade de relacioná-las, em última instância, com a igual consideração por todos de algum modo adequadamente substantivo.

Talvez esta característica se relacione com a exigência de que o raciocínio ético, especialmente sobre ordenamentos sociais, tenha de ser, em algum sentido, acreditável ao ponto de vista dos outros — potencialmente *todos* os outros. A pergunta “por que este sistema?” tem de ser respondida como se fosse para todos os participantes desse sistema. Existem alguns elementos kantianos nesta linha de raciocínio, ainda que a igualdade exigida não necessite ter uma estrutura estritamente kantiana.¹¹

Recentemente, Thomas Scanlon (1982) analisou a relevância e a força da exigência de que devemos “ser capazes de justificar nossas ações para os outros por razões que eles não pudessem razoavelmente rejeitar”.¹² O requisito de “equidade” [*fairness*] sobre o qual Rawls (1971) constrói sua teoria da justiça pode ser visto como provendo uma estrutura específica para determinar o que se pode ou não se pode razoavelmente rejeitar.¹³ Similarmente, as exigências de “imparcialidade” — e algumas formas substantivamente rigorosas de “universalizabilidade” [*universalizability*] — invocadas como requisitos gerais têm, em alguma forma mais importante, esse traço de igual consideração.¹⁴ O raciocínio deste tipo geral certamente tem muito a ver com os fundamentos da ética, e surgiu de modos diferentes nas bases metodológicas de propostas éticas substantivas.¹⁵

A necessidade de defender nossas teorias, juízos e pretensões diante de outros que podem — direta ou indiretamente — estar envolvidos, faz da igualdade de consideração em algum nível um requisito difícil de evitar. Há interessantes questões metodológicas relacionadas com o *status* desta condição; em particular: se é um requisito lógico ou uma exigência substantiva,¹⁶ e se está conectado com a necessidade de “objetividade” em ética.¹⁷ Não levarei adiante estas questões aqui, já que os principais interesses deste trabalho não dependem de nossas respostas a elas.¹⁸

Porque

Scanlon //
 a ideia //
 de que //
 a igualdade //
 é necessária //

Scanlon de que

Por a igual

O que tem interesse direto é a plausibilidade da pretensão de que a igual consideração em algum nível — um nível visto como importante — é uma exigência da qual não se pode facilmente escapar ao apresentar uma teoria ética ou política dos ordenamentos sociais. Também é de considerável interesse pragmático notar que a imparcialidade e a igual consideração, numa forma ou outra, fornece um pano de fundo comum para todas as propostas éticas e políticas neste campo que continuam recebendo apoio argumentado e defesa arrazoada.¹⁹ Uma conseqüência de tudo isso é a aceitação — freqüentemente implícita — da necessidade de justificar vantagens disparatadas de diferentes indivíduos em coisas que importam. Esta justificação consiste com freqüência em mostrar a conexão integral dessa desigualdade com a igualdade em *algum* outro espaço importante — alegadamente *mais* importante.²⁰

De fato, é a igualdade nesse espaço mais importante que pode então ser vista como contribuindo para as exigências contingentes de *desigualdade* nos outros espaços. Faz-se a justificação da desigualdade em algumas características repousar na igualdade em alguma outra característica, considerada como mais básica nesse sistema ético. A igualdade no que é visto como o “núcleo” é invocada para uma defesa arrazoada das desigualdades resultantes nas “periferias” distantes.

DIVERSIDADE HUMANA E IGUALDADE BASAL

Os seres humanos diferem uns dos outros de muitos modos distintos. Diferimos quanto a características externas e circunstanciais. Começamos a vida com diferentes dotações de riqueza e responsabilidade herdadas. Vivemos em ambientes naturais diferentes — alguns mais hostis do que outros. As sociedades e comunidades às quais pertencemos oferecem oportunidades bastante diferentes quanto ao que podemos ou não podemos fazer. Os fatores

epidemiológicos da região em que vivemos podem afetar profundamente nossa saúde e bem-estar.

Mas além dessas diferenças nos ambientes natural e social e nas características externas, também diferimos em nossas características pessoais (p. ex., idade, sexo, aptidões físicas e mentais). E estas são importantes para avaliar a desigualdade. Por exemplo, rendas iguais podem ainda deixar bastante desiguais nosso potencial de fazer o que podemos valorizar fazer. Uma pessoa incapacitada [*disabled*] não pode realizar funcionamentos [*function*] do modo que uma pessoa com o “corpo hábil” [*able-bodied*] pode, ainda que ambas tenham exatamente a mesma renda. Portanto, a desigualdade em termos de uma variável (p. ex., renda) pode nos conduzir no sentido, bem oposto, da igualdade no espaço de outra variável (p. ex., o potencial para realizar funcionamentos ou o bem-estar).

As vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser julgadas em termos de muitas variáveis diferentes, p. ex., suas respectivas rendas, riquezas, utilidades, recursos, liberdades, direitos, qualidade de vida, e assim por diante. A pluralidade de variáveis que podemos focalizar (as *variáveis focais*) para avaliar a desigualdade interpessoal faz com que seja necessário enfrentar, em um nível bem elementar, uma difícil decisão com respeito à perspectiva a ser adotada. Este problema da escolha do “espaço de avaliação” [*evaluative space*] (quer dizer, a seleção das variáveis focais relevantes) é crucial para analisar a desigualdade.

As diferenças de foco são particularmente importantes devido à diversidade humana generalizada. Fossem todas as pessoas exatamente similares, a igualdade em um espaço (p. ex., rendas) tenderia a ser congruente com as igualdades em outros (p. ex., saúde, bem-estar, felicidade). Uma das conseqüências da “diversidade humana” é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutro.

Plausível
will

ESCOLHA

foco
diversidade

!

*

Por exemplo, podemos não conseguir exigir a igualdade dos níveis de *bem-estar* e de outra “padronização” [patterning] deste tipo — para usar uma útil expressão de Nozick — se tivermos exigido a igualdade de direitos libertários tal como especificados por Nozick (1974). Se são aceitos, desta forma, direitos iguais, então também devem ser todas as suas conseqüências, e isso incluiria todas as desigualdades geradas de rendas, utilidades, bem-estar e liberdades positivas para fazer isso ou ser aquilo.

Não estou examinando aqui o quão convincente é esta defesa.²¹ A questão importante na presente discussão é a natureza da estratégia para justificar a desigualdade por meio da igualdade. A abordagem de Nozick é um exemplo lúcido e elegante desta estratégia geral. Se uma pretensão de que a desigualdade em algum espaço significativo é correta (ou boa, ou aceitável, ou tolerável) vai ser defendida com razões (e não, digamos, atirando nos que discordam), a forma do argumento consiste em mostrar que esta desigualdade é uma conseqüência da *igualdade* em algum outro espaço — fundamentalmente mais importante. Dado o amplo acordo sobre a necessidade de ter igualdade na “base”, e também a conexão desse amplo acordo com a necessidade de imparcialidade entre indivíduos (discutida anteriormente), os argumentos cruciais têm de ser sobre a razoabilidade das “bases” escolhidas. Por isso, a pergunta “igualdade de quê?” não é, neste contexto, materialmente distinta da interrogação: “qual é o espaço correto para a igualdade basal?”. A resposta que damos a “igualdade de quê?” não somente endossará a igualdade naquele espaço escolhido (a variável focal relacionando-se com as exigências da igualdade basal), mas terá conseqüências de longo alcance sobre os padrões distributivos (incluindo as necessárias *desigualdades*) nos outros espaços. “Igualdade de quê?” é de fato uma questão momentosa e fundamental.

Igualdade de quê?
Importância p/ de definir padrões distributivos

IGUALDADE VERSUS LIBERDADE?

A importância da igualdade é freqüentemente contrastada com a da liberdade. De fato, a posição de alguém no suposto conflito entre igualdade e liberdade tem sido vista amiúde como um bom indicador da sua atitude geral com respeito à filosofia política ou à economia política. Por exemplo, os pensadores libertários (tal como Nozick 1974) não somente são vistos como antiigualitários, mas diagnosticados como antiigualitários *precisamente por causa de seu interesse prioritário na liberdade*.²² Similarmente, os que são diagnosticados como pensadores igualitários (p. ex., Dalton 1920, Tawney 1931, ou Meade 1976) podem *parecer* estar menos interessados na liberdade precisamente por serem vistos como comprometidos com as exigências de igualdade.

À luz da discussão nas seções anteriores, é preciso sustentar que este modo de ver a relação entre igualdade e liberdade é completamente falho. Os libertários precisam considerar importante que as pessoas devam ter liberdade. Dado isso, imediatamente surgem perguntas relativas a: *quem, quanta, distribuída como, quão igual?* Por isso o problema da igualdade aparece imediatamente como um *complemento* da afirmação da importância da liberdade.²³ A proposta libertária tem de ser complementada passando-se a caracterizar a distribuição de direitos entre as pessoas envolvidas.²⁴ De fato, as exigências libertárias de liberdade incluem tipicamente características importantes de “liberdade igual”, p. ex., a insistência na igual imunidade da interferência de outros. A crença de que a liberdade é importante não pode, portanto, estar em conflito com a visão de que é importante que os ordenamentos sociais sejam dispostos para promover a igualdade de liberdades que as pessoas têm.

Pode haver, é claro, um conflito entre uma pessoa que defende a igualdade de alguma variável *outra* que a liberdade (tal como a renda ou riqueza ou bem-estar) e alguém que quer somente liberdade igual. Mas esta é uma disputa sobre a questão “igualdade de quê?”. De modo semelhante, uma promoção geral da liberdade

liberdade em si mesma pode ser vista como...

independente da distribuição (quer dizer, promovê-la sempre que possível sem atentar para o padrão distributivo) poderia, é claro, conflitar com a igualdade de alguma outra variável, digamos a renda, mas isso seria (1) em parte um conflito entre concentrar-se respectivamente na liberdade e nas rendas, e (2) em parte um conflito entre um interesse por padrões distributivos (de rendas, neste caso) e considerações agregativas não distributivas (aplicadas à liberdade). Não é acurado nem útil conceber a diferença em qualquer dos casos em termos de "liberdade *versus* igualdade".

De fato, estritamente falando, apresentar o problema nos termos deste último contraste reflete um "erro de categoria". Elas não são alternativas. A liberdade está entre os possíveis *campos de aplicação* da igualdade, e a igualdade está entre os possíveis *padrões de distribuição* da liberdade.²⁵

Como foi discutido antes, a necessidade de enfrentar explicitamente a escolha de espaço é uma parte inescapável da especificação e da avaliação arrazoada das exigências de igualdade. Existem, numa extremidade, somente exigências de direitos libertários iguais, e, noutra, variadas exigências rigorosas de igualdade relativa a uma extensa lista de *realizações* e também a uma lista correspondente de *liberdades* para realizar. Este estudo está bastante interessado nesta pluralidade e nas suas variadas conseqüências.

PLURALIDADE E O ALEGADO VAZIO DE CONTEÚDO

A aceitação da pluralidade de espaços em que a igualdade pode ser avaliada pode levantar algumas dúvidas sobre o conteúdo da idéia de igualdade. Isso faz a igualdade, como idéia política, ser menos robusta ou imperativa? Se é possível que a igualdade fale por meio de tantas vozes, podemos levar a sério alguma de suas exigências?²⁶

De fato, a aparente flexibilidade dos conteúdos da igualdade pareceu a alguns analistas como uma fonte de grave embaraço para

a idéia da igualdade. Tal como Douglas Rae (1981) o expressou (na sua meticulosa e útil exploração das várias noções contemporâneas de igualdade), "uma idéia que tem mais força para resistir à igualdade do que as de ordem ou eficiência ou liberdade" é "a própria igualdade" (p. 151).

Enquanto Rae sustenta que a idéia de igualdade está como que "saturada", outros sustentaram, por razões semelhantes, que a igualdade é "uma idéia vazia" — é "uma forma vazia que não tem qualquer conteúdo substantivo por si mesma".²⁷ Uma vez que a igualdade pode ser interpretada de tantas maneiras diferentes, o requisito de igualdade não pode, neste modo de ver, ser tomado como uma verdadeira exigência substantiva.

Certamente é verdade que simplesmente exigir igualdade sem dizer de quê é igualdade não pode ser tomado como exigência de algo específico. Isto fornece certa plausibilidade à tese do vazio de conteúdo. Mas a tese é, acredito, ainda assim errônea. Primeiro, mesmo antes de um espaço específico ser escolhido, o requisito geral da necessidade de valorar a igualdade em *algum espaço que é visto como particularmente importante* não é uma exigência vazia. Isto se relaciona com a disciplina imposta pela necessidade de alguma imparcialidade, alguma forma de igual consideração. É no mínimo um requisito de escrutínio da base do sistema de avaliação proposto. Pode ter também considerável poder de incisão, ao questionar teorias sem uma estrutura basal e rejeitar aquelas que terminam completamente sem uma igualdade basal. Mesmo nesse nível geral, a igualdade é um requisito substantivo e substancial.

Segundo, uma vez fixado o contexto, a igualdade pode ser uma exigência rigorosa e vigorosa. Por exemplo, quando o espaço está fixado, as exigências de igualdade impõem algum *ranking* de padrões, mesmo antes que qualquer índice específico de igualdade seja endossado. Por exemplo, ao lidar com a desigualdade de rendas, o assim chamado "princípio da transferência de Dalton" exige que uma pequena transferência de renda de uma pessoa mais rica para uma mais pobre — mantendo o total inalterado — deva ser

vista como um melhoramento distributivo.²⁸ Neste contexto, esta é uma regra bastante persuasiva para fazer *rankings* de distribuições da mesma renda total através do requisito geral de igualdade sem apelar para nenhum índice ou medida específicos.

Além de tal ordenação de padrões em um *dado* espaço, mesmo o exercício mais amplo da própria escolha de espaço pode ter ligações claras com a motivação subjacente à exigência de igualdade. Por exemplo, ao avaliar a justiça, ou o bem-estar social, ou padrões de vida ou a qualidade de vida, o exercício de escolha de espaço não é mais somente *formal*, mas de discriminação substantiva. Como tentarei mostrar nos capítulos que se seguem, as pretensões de muitos desses espaços podem ser fortemente questionadas uma vez fixado o contexto. Embora isso não nos leve necessariamente a uma *única* caracterização precisa das exigências de igualdade que seja importante em todos os contextos, isso está longe de ser um verdadeiro empecilho. Em cada contexto, as exigências de igualdade podem ser tanto distintas como forçosas.

Terceiro, a diversidade de espaços nos quais a igualdade pode ser exigida realmente reflete uma diversidade mais profunda, que é a dos diferentes diagnósticos dos objetos portadores de valor — visões diferentes sobre as noções apropriadas da vantagem individual nos contextos em questão. O problema da diversidade não é, portanto, único da avaliação da igualdade. As diferentes exigências de igualdade refletem visões diferentes quanto a que coisas vão ser diretamente valorizadas nesse contexto. Elas indicam idéias diferentes sobre como as vantagens de diferentes pessoas vão ser avaliadas *vis-à-vis* cada uma das outras no exercício em questão. Liberdades, direitos, utilidades, rendas, recursos, bens primários, satisfação de necessidades etc. fornecem maneiras diferentes de ver as respectivas vidas de pessoas diferentes, e cada uma das perspectivas conduz a uma visão correspondente da igualdade.

Esta mesma pluralidade — a de avaliar as vantagens de diferentes pessoas — se reflete nas visões diferentes não somente da igualdade, mas também de qualquer outra noção social em cuja

base informacional a vantagem individual ingresse substancialmente. Por exemplo, a noção de “eficiência” teria exatamente a mesma pluralidade relacionada com a escolha do espaço.²⁹ A eficiência cresce, e não há outro sentido para isso, sempre que há um aumento da vantagem de cada pessoa (ou uma melhora para uma pessoa pelo menos, sem piorar para nenhuma), mas o conteúdo dessa caracterização depende do modo como a vantagem é definida. Quando a *variável focal* é fixada, nós temos uma definição específica da eficiência nesta estrutura geral.

Comparações de eficiência podem ser feitas em termos de diferentes variáveis. Se, por exemplo, a vantagem é vista em termos de utilidade individual, a noção de eficiência torna-se imediatamente o conceito de “otimalidade de Pareto” [*Pareto optimality*] muito usado na economia do bem-estar. Esta exige que a situação seja tal que a utilidade de nenhuma pessoa pode ser aumentada sem reduzir a utilidade de alguma outra pessoa. Mas a eficiência também pode ser definida similarmente nos espaços de liberdades, direitos, rendas, e assim por diante. Por exemplo, correspondendo à otimalidade de Pareto no espaço de utilidades, a eficiência em termos de liberdade exigiria que a situação seja tal que a liberdade de nenhuma pessoa pode ser aumentada sem reduzir a liberdade de outra. Formalmente, há uma multiplicidade de noções de eficiência exatamente similar ao que já vimos para o caso da igualdade, relacionada com a pluralidade de espaços.

Este fato não é surpreendente, uma vez que a pluralidade de espaços em que a igualdade pode ser considerada reflete uma questão mais profunda, que é a pluralidade relativa à noção apropriada de vantagem individual em comparações sociais. A escolha entre esses espaços é sem dúvida uma parte essencial da literatura sobre a avaliação da desigualdade. Mas a pluralidade de espaços reflete realmente as diversidades de abordagens substantivas da vantagem individual, e da base informacional de comparações interpessoais. A pluralidade de espaço não é um problema único — nem, é claro, uma fonte de dificuldade especial — da idéia de igualdade como tal.

Vor

Optimalidade

Aspecto Relacional

Importante

MEIOS E LIBERDADES

Foi sugerido antes que a classe de teorias normativas dos ordenamentos sociais em que nos interessamos exige — por razões que discutimos — a igualdade em um ou outro espaço. Esta igualdade serve como a “igualdade basal” do sistema e tem implicações sobre os padrões distributivos nos outros espaços. De fato, a igualdade basal pode ser diretamente responsável pelas desigualdades nos outros espaços.

Pode ser útil discutir um ou dois exemplos da escolha de espaço e sua importância. Na filosofia política e ética modernas, a voz mais influente nos anos recentes tem sido a de John Rawls (1971). Sua teoria da “justiça como equidade” fornece um exemplo interessante e importante da escolha do espaço e suas conseqüências. No seu “Princípio da Diferença”, a análise da eficiência e a da igualdade são ambas relacionadas com a parcela individual de bens primários.³⁰

Com esse sistema, a diversidade de riqueza e talentos herdados não geraria desigualdade de renda do mesmo modo que no sistema de Nozick, já que os bens primários — sobre cuja distribuição o Princípio da Diferença de Rawls impõe um requisito igualitário — incluem rendas entre seus elementos constitutivos. Rendas estão, portanto, diretamente contempladas nas exigências rawlsianas de igualdade basal. Mas a relação entre *bens primários* (incluindo rendas), por um lado, e *bem-estar*, por outro, pode variar por causa das diversidades pessoais na possibilidade de converter *bens primários* (incluindo rendas) em realizações de bem-estar. Por exemplo, uma mulher grávida pode ter que superar desvantagens para viver confortavelmente e bem que um homem com a mesma idade não necessite superar, mesmo quando ambos têm exatamente a mesma renda e outros bens primários.

De modo similar, a relação entre *bens primários* e as *liberdades* para cada um buscar seus objetivos — de bem-estar e outros — pode variar também.³¹ Somos diferentes não somente em nossas

riquezas herdadas, mas também em nossas características pessoais. Ao lado das variações puramente individuais (p. ex., aptidões, predisposições, diferenças físicas), há também contrastes sistemáticos entre grupos (por exemplo, entre mulheres e homens em aspectos específicos tais como a possibilidade de gravidez e o cuidado neonatal dos bebês). Com o mesmo pacote de bens primários, uma grávida ou uma mulher com crianças para cuidar têm muito menos liberdade para buscar suas metas do que um homem sem tais incumbências. A relação entre *bens primários*, de um lado, e *liberdade* assim como *bem-estar*, de outro, pode variar com as variações interpessoais e intergrupais de características específicas.³²

As desigualdades em diferentes “espaços” (p. ex., rendas, bens primários, liberdades, utilidades, outras realizações, outras liberdades) podem ser bastante diferentes umas das outras, dependendo das variações interpessoais nas *relações* entre variáveis distintas mas interconectadas. Uma conseqüência do fato básico da diversidade humana é tornar particularmente importante que nos certifiquemos do espaço no qual a desigualdade vai ser avaliada. A pessoa 1 pode ter mais utilidade que 2 e 3, enquanto 2 tem mais renda que 1 e 3, e 3 é livre para fazer muitas coisas que 1 e 2 não podem. E assim por diante. Mesmo quando os *rankings* são os mesmos, as distâncias relativas (quer dizer, a extensão da superioridade de uma posição sobre outra) podem ser bastante diversas em diferentes espaços.

Alguns dos problemas mais centrais do igualitarismo surgem precisamente por causa do contraste entre a igualdade nos diferentes espaços. A ética da igualdade tem de levar em conta adequadamente nossas diversidades generalizadas, que afetam as relações entre os diferentes espaços. A pluralidade das variáveis focais pode fazer uma grande diferença precisamente devido à diversidade dos seres humanos.

No fundo não há igualdade
possível pois os indivíduos
são diferentes em alguns espaços

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, BEM-ESTAR E LIBERDADE

Nossas características físicas e sociais nos fazem criaturas imensamente diversas. Diferimos em idade, sexo, saúde física e mental, força física, capacidades intelectuais, circunstâncias climáticas, vulnerabilidade epidemiológica, ambientes sociais, e em muitos outros aspectos. Tais diversidades, contudo, podem ser difíceis de serem acomodadas adequadamente na estrutura estimativa habitual da avaliação da desigualdade. Como consequência, esta questão básica é freqüentemente deixada sem um tratamento substancial na literatura sobre avaliação.

Um problema importante e freqüentemente encontrado surge da concentração da discussão na desigualdade de *rendas* como o foco primário de atenção na análise da desigualdade. A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude da desigualdade de *rendas*, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos.

Para ilustrar de modo simples, a extensão da privação comparativa de uma pessoa fisicamente deficiente frente a outras não pode ser adequadamente julgada considerando-se sua renda, pois a pessoa pode estar em grande desvantagem para converter a renda em realizações que valoriza.³³ O problema não surge apenas do fato de que a renda é somente um meio para fins a que na realidade visamos, mas (1) da existência de outros meios importantes, e (2) das variações interpessoais na relação entre meios e nossos vários fins.

Estas questões tenderam, no seu conjunto, a ser negligenciadas na literatura sobre a medição da desigualdade na economia. Por exemplo, considere-se a abordagem da construção de "índices de desigualdade" baseada na perda social de renda equivalente, feita pioneiramente por Atkinson (1970b).³⁴ Esta abordagem tem sido,

de muitas maneiras, notavelmente influente e produtiva na integração de considerações de desigualdade de renda com a avaliação global do bem-estar social.³⁵ A extensão da desigualdade é avaliada nesta abordagem usando-se a mesma função de resposta $u(y)$ para todos os indivíduos, definida para rendas pessoais.³⁶ Esta estratégia de medição da desigualdade incorpora, desta forma, o traço restritivo de tratar as rendas de todas as pessoas simetricamente, não importando quais dificuldades algumas pessoas têm, em comparação com outras, para converter a renda em bem-estar e liberdade.³⁷

É evidentemente verdade que o objetivo desta abordagem é avaliar a desigualdade especificamente na distribuição de *rendas*, não em níveis de bem-estar. Mas essa avaliação é feita à luz do que é realizado a partir da renda respectiva de uma pessoa, e essas realizações constituem o "bem-estar social" agregado. A desigualdade de renda é avaliada por Atkinson em termos da perda de bem-estar social (em unidades de renda agregada equivalente), como um resultado da desigualdade na distribuição da renda agregada.³⁸ Dada esta motivação, será em geral necessário introduzir os efeitos de outras influências sobre a vida e o bem-estar das pessoas para avaliar a própria desigualdade de *renda*.³⁹ Em geral a medição da desigualdade tem que introduzir informação relativa a outros espaços — tanto (1) para o propósito de avaliar a desigualdade *nesses espaços mesmos*, como (2) para o de avaliar a *desigualdade de renda* num esquema mais amplo, considerando a presença de outras influências sobre o objetivo (no caso de Atkinson, o bem-estar social) — em termos dos quais a desigualdade de renda vai ser avaliada em última instância. Estas questões serão melhor examinadas no Capítulo 6.

A tendência a descartar as diversidades interpessoais pode originar-se não somente da tentação pragmática de tornar simples e fácil o exercício de análise (como na literatura sobre a medição da desigualdade), mas também, como se discutiu anteriormente, da própria retórica da igualdade (p. ex., "todos os homens são criados

iguais”). A luz aprazível desta retórica pode nos induzir a ignorar essas diferenças, “desconsiderando-as” ou “pressupondo-as como ausentes”. Isso sugere uma transição aparentemente fácil entre um espaço e outro, p. ex., de rendas para utilidades, de bens primários para liberdades, de recursos para bem-estar. E reduz — de novo, apenas *aparentemente* — a tensão entre diferentes abordagens da igualdade.

Mas esse conforto é comprado a um preço alto. Como um resultado dessa pressuposição, somos levados a ignorar as desigualdades substantivas em, digamos, bem-estar e liberdade que podem resultar diretamente de uma igual distribuição de renda (dadas as nossas necessidades variáveis e circunstâncias pessoais e sociais díspares). Tanto os atalhos pragmáticos quanto a retórica grandiosa podem ser úteis para alguns propósitos e completamente inúteis e enganosos para outros.

Das desigualdades substantivas p/ Sen:

NOTAS

1. Ver Rawls (1971, 1988a), R. Dworkin (1978, 1981), Nagel (1979, 1986), Scanlon (1982, 1988b). As posições assumidas pelos utilitaristas modernos suscitam uma questão mais complexa (sobre ela, mais adiante), mas o ponto de partida é algo como “dar peso igual a interesses iguais de todas as partes” (Hare 1982: 26), ou um procedimento para “atribuir sempre o mesmo peso aos interesses de todos os indivíduos” (Harsanyi 1982: 47).
2. Ver Nozick (1973, 1974), J. M. Buchanan (1975, 1986). Ver também J. M. Buchanan e Tullock (1962).
3. Isto não se aplica, é claro, àquelas críticas da igualdade (em algum espaço) que não incluem, em troca, uma proposta de algo construtivo. É da apresentação ou defesa de uma tal proposta construtiva que pode ser esperada a implicação — freqüentemente de modo implícito — da exigência de igualdade em algum outro espaço. Nem é a expectativa de uma exigência de igualdade em algum outro espaço provável de se aplicar a teorias que não se referem de forma alguma a seres humanos, p. ex., proposta que defendem a “maximização do valor de mercado total da riqueza”. É numa proposta cons-

- trutiva* que faz uso de alguma condição humana que é mais provável de ocorrer uma exigência implícita de algum tipo de igualdade.
4. Em meu livro anterior sobre a *desigualdade* (*On Economic Inequality*, Sen 1973a na bibliografia), discuti com algum detalhe (ver cap. 1) por que o utilitarismo é não igualitário em alguns aspectos importantes. Como está indicado na Introdução, esse livro é citado neste trabalho como OEI.
 5. John Rawls (1971) sustentou que “existe um sentido no qual o utilitarismo clássico não consegue levar a sério a distinção entre as pessoas” (p. 187). Na medida em que um teórico utilitarista defende somente a maximização da quantidade de felicidade, prazer etc., sem prestar nenhuma atenção ao fato de que estas coisas são características de pessoas singulares, o que Rawls sustenta tem muita força. Mas um utilitarista também pode ver a utilidade como uma característica irredutivelmente pessoal que exige atenção precisamente porque o bem-estar das pessoas envolvidas ordena respeito e consideração. Sobre este ponto ver Bentham (1789), Mill (1861), Edgeworth (1881), Pigou (1952), Hare (1981), Harsanyi (1982) e Mirrlees (1982). Esta “defesa” limitada do utilitarismo não deve ser vista como sustentando-o como uma teoria ética ou política adequada. O utilitarismo tem de fato sérias deficiências (tentei discuti-las em outro lugar: Sen 1970a, 1979b, 1982b), mas não levar a sério a distinção entre pessoas diferentes pode não ser uma acusação razoável contra o utilitarismo em geral.
 6. Sobre este problema e outros afins, ver B. Williams (1973a), Suppes (1977), Sen (1980a), R. Dworkin (1981), Rae (1981), Béteille (1983b).
 7. De modo similar, o convincente argumento de Peter Bauer (1981) a favor do mesmo direito para todos de desfrutar o que tenham “produzido” é também uma exigência igualitária nesse espaço escolhido — o de se receber uma recompensa comensurável com a contribuição produtiva que se dá.
 8. Ver também J. R. Lucas (1965, 1980). Para uma crítica aguda da tese de Frankfurt, ver Goodin (1987).
 9. De fato, a natureza do espaço é crucial para todos os axiomas que assumem a forma da exigência ou rejeição da igualdade. Por exemplo, o “axioma fraco da equidade” apresentado no meu OEI indicava uma preferência pela igualdade no espaço de “bem-estar global” [*overall well-being*]. Ainda que tal condição fosse possivelmente demasiado restritiva, uma vez que incorporava uma prioridade lexicográfica da igualdade sobre considerações agregativas, algumas das críticas dessa condição estão mal direcionadas ao interpretar o requisito formal em outros espaços, p. ex., na alocação de cuidados médicos especializados entre as pessoas (ver J. Griffin 1981, 1986; ver também Brandt 1979, e minha resposta a sua crítica em Sen 1980-1).

10. Para uma exposição e defesa clássicas de uma tal pretensão analiticamente ambiciosa, ver Hare (1952, 1963).
11. Para razões para levar em conta as diferenças (p. ex., de comprometimentos ou obrigações pessoais) que tendem a ser ignoradas pelo menos em algumas versões do formato uniformizador kantiano, ver Williams (1981), Hampshire (1982), Taylor (1982). Sobre algumas questões aparentadas, ver Williams (1973a), onde também é discutido por que “os vários elementos da idéia de igualdade” nos impulsionam em “diferentes direções” (p. 248). Mas a aceitação da importância das diferentes obrigações e comprometimentos obviamente não descarta a necessidade geral de que nossa ética seja crível aos demais.
12. Ver também Scanlon (1988a). Sobre problemas afins, ver Rawls (1971, 1988c), B. Williams (1972, 1985), Mackie (1978a), Ackerman (1980, 1988), Parfit (1984), O'Neill (1989).
13. Ver também a análise posterior — mais explícita — de Rawls desta conexão, em Rawls (1985, 1988a, 1990).
14. Ver Mackie (1978a). O raciocínio baseado na imparcialidade é usado por Harsanyi (1955) e Hare (1963) para defender a escolha da ética utilitarista. A idéia de igual consideração, na forma da exigência de imparcialidade, é invocada mesmo na moldagem de teorias que assumem explicitamente uma forma “antiigualitária”. Por exemplo, ao apresentar seu argumento defendendo a “moral por acordo”, Gauthier (1986) afirma — corretamente, em termos da sua definição particular de igualdade — que a “igualdade não é uma preocupação fundamental na nossa teoria”, mas imediatamente continua explicando que “nós apelamos para a racionalidade igual dos barganhadores para mostrar que seu acordo satisfaz o padrão moral de *imparcialidade*” (p. 270, ênfase nossa).
15. Sobre isso ver Sen (1970a: cap. 9).
16. Esta questão pode ser comparada com o exame de John Mackie (1978a) de se a necessidade de universalização é “uma tese lógica” ou “uma tese prática substantiva” (p. 96).
17. Sobre a abrangência da objetividade, ver Nagel (1980, 1986), McDowell (1981, 1985), Wiggins (1985, 1987), H. Putnam (1987, 1993) e Hurley (1989). Sobre o outro ponto de vista, ver também Harman (1977), Mackie (1978a, 1978b) e B. Williams (1981, 1985).
18. Alguns aspectos particulares desta questão são discutidos em Sen (1983b, 1985a).
19. A observação aqui se aplica especificamente aos *ordenamentos sociais* — e portanto a teorias de filosofia política e não de ética pessoal. Na ética do

comportamento *pessoal*, argumentos convincentes têm sido apresentados em favor da permissão ou exigência de *assimetrias* explícitas no tratamento de pessoas diferentes. Tais argumentos podem se relacionar, por exemplo, com a permissividade — talvez até a necessidade — de cada um prestar atenção especial aos seus próprios interesses, objetivos e princípios *vis-à-vis* os dos outros. Ou podem se relacionar com o requisito de assumir uma maior responsabilidade para com os membros de sua própria família e outros aos que se está “ligado”. Tipos diferentes de *assimetrias* envolvidas na ética pessoal são discutidos em B. Williams (1973a, 1973b, 1981), Mackie (1978a), Nagel (1980, 1986), Scheffler (1982), Sen (1982b, 1983b), Regan (1983) e Parfit (1984). Ainda que essas exigências possam também ser vistas em termos de exigências de igualdade de tipos bem especiais, elas tendem a ir contra as concepções políticas habituais de igualdade “anônima” (sobre isso ver Sen 1970a).

20. A maior importância não necessita ser vista como *intrínseca* ao espaço em si mesmo. Por exemplo, a igualdade de bens primários na análise de Rawls (1971, 1982, 1985, 1988a), ou de recursos na teoria de Ronald Dworkin (1981, 1987), não é justificada pela importância intrínseca de bens primários ou de recursos. A igualdade nesses espaços é considerada importante porque eles são *instrumentais* quanto a proporcionar às pessoas oportunidades equitativas, em algum sentido, para buscar suas respectivas metas e objetivos. Esta distância claramente introduz sim — eu diria — certa tensão interna nessas teorias, uma vez que a importância derivativa dos bens primários e recursos depende das respectivas oportunidades para converter bens primários e recursos em satisfação das respectivas metas, ou em liberdades para buscá-las. As possibilidades de conversão podem ser, na verdade, bastante *diversas* para pessoas diferentes, e isso pode de fato — eu sustentaria — enfraquecer a razão básica da importância derivativa da igualdade de quotas de bens primários ou recursos. Sobre isso, ver caps. 3 e 5 (ver também Sen, 1980a, 1990b).
21. Algumas críticas a esta abordagem podem ser encontradas em Sen (1982b, 1984).
22. Refiro-me aqui especificamente a Nozick (1973, 1974). Para uma reavaliação e refinamento da sua posição, ver Nozick (1989).
23. Pode haver modos bastante diferentes de defender a importância da liberdade. Uma distinção relaciona-se com os diferentes conceitos de bondade [*goodness*] e correção [*rightness*]. Primeiro, a liberdade pode ser vista como uma coisa *boa* que as pessoas devem ter, e a violação da liberdade vista como tornando menos bom o estado de coisas. Segundo, a liberdade pode

- ser tomada não como uma parte da idéia de bondade, mas um traço dos ordenamentos sociais *corretos*. Existem distinções — não sem relações com o contraste anterior — também entre os deveres que *os outros* têm se as liberdades de uma pessoa são violadas. Tentei discutir estas questões em outro lugar (ver Sen 1970a, 1982b, 1983a, 1992a), e não as levarei adiante aqui.
24. Ver, neste contexto, a discussão de Rawls (1971) da prioridade da “liberdade igual” (cap. 4). Ver também Berlin (1955-6, 1969), Wollheim (1955-6), Hayek (1960, 1967), Buchanan (1975, 1986), Haksar (1979), Gutmann (1980), Goodin (1988), Suppes (1988) e Lukes (1990).
 25. Pode haver, sem dúvida, alguma ambigüidade com respeito ao que é chamado um “padrão” [*pattern*]. Algumas vezes o termo “padrão” pode ser usado para impor especificações particulares de características constituintes, p. ex., a bandeira da Grã-Bretanha exige um certo vermelho e um certo azul. A analogia apropriada para a igualdade e liberdade é feita com a distinção entre, digamos, o padrão de intensidades das cores (p. ex., a mesma intensidade para cada unidade, ou a máxima intensidade no conjunto), e o uso de cores particulares (p. ex., azul), cujas intensidades estão sob exame.
 26. Há também uma questão aparentada porém distinta com respeito a se a igualdade pode prover uma justificação profunda o suficiente para qualquer estrutura social. Robert Goodin (1988) faz uma pergunta interessante relativa a saber se o “igualitarismo aparente” subjacente às “práticas do Estado do bem-estar” não é, em última instância, somente “epifenomênico” (pp. 51-69). O argumento depende, como Goodin assinala, de como a igualdade é definida, e sua resposta afirmativa à questão baseia-se no conflito entre diferentes visões de igualdade (incluindo aquela implícita no que ele chama de “imparcialidade”).
 27. Westen (1982: 596).
 28. Sobre isso ver Dalton (1920), Kolm (1969), Atkinson (1970b, 1983). Sobre algumas implicações normativas adicionais desta propriedade, ver Dasgupta, Sen & Starrett (1973) e Rothschild & Stiglitz (1973), e também OEI, cap. 3.
 29. Embora a pluralidade seja exatamente similar em princípio, é possível que empiricamente possa haver mais “divergência relativas ao espaço” entre comparações de desigualdade do que entre comparações de eficiência; sobre isso, ver Sen (1992b).
 30. É o Princípio da Diferença que trata da distribuição de bens primários nos dois princípios rawlsianos da justiça como equidade. É importante observar — de forma que não se simplifique em excesso as questões — que (1) o primeiro princípio de Rawls, que tem prioridade, lida com as liberdades

- personais (e as exigências de *igual* liberdade); (2) o Princípio da Diferença trata não somente de considerações distributivas mas também da eficiência (no sentido de que qualquer mudança que melhora a posição de todos — incluindo o grupo que se encontra na pior situação — é vista como uma melhora); e (3) os princípios afirmados não significam de fórmulas mecânicas, e uma boa extensão de explicação e análise do seu uso é apresentada por Rawls como elemento incluído em sua teoria da justiça como equidade (para esclarecimentos recentes sobre as exatas pretensões de sua teoria, ver Rawls 1985, 1988a, 1988b, 1988c, 1990; ver também Laden 1991a). Apesar destas qualificações, é óbvio que a igualdade de parcelas de bens primários tem um lugar importante na estrutura da ética política de Rawls.
31. Sobre esta questão, ver Sen (1990b).
 32. Rawls (1985, 1987, 1988a) mesmo enfatizou *outro* tipo de diversidade entre os indivíduos, o das diferenças entre suas respectivas concepções de bem. Isto leva a diferenças nos objetivos que eles têm, respectivamente, razões para buscar. Essa heterogeneidade tem de ser distinguida da diversidade na capacidade [*ability*] para converter recursos e bens primários na satisfação de objetivos (ou na *capacidade* para satisfazer objetivos). Nenhuma das diversidades implica a outra, e é importante considerar ambos os tipos de variações interpessoais. Estas questões são discutidas no cap. 5.
 33. A importância de procurar uma solução para casos desse tipo foi discutida extensivamente em OEI, cap. 1. Foi tratada lá principalmente como uma crítica do utilitarismo e seu interesse exclusivo em *somar* utilidades. Não tenho nada a retirar daquela crítica, mas o problema é, de fato, muito mais disseminado do que sustentei então. Ficará claro, na medida em que revisarmos outras abordagens padronizadas, que quase todas elas tendem a falhar em fazer justiça ao problema que é ilustrado por este caso.
 34. Esta abordagem da economia do bem-estar da avaliação da desigualdade é discutida com mais detalhe no cap. 6, adiante.
 35. A abordagem é discutida extensivamente em OEI, cap. 3. Para exposições e avaliações esclarecedoras da literatura recente sobre a avaliação da desigualdade — incluindo a influência da abordagem de Atkinson sobre essa literatura — ver Blackorby & Donaldson (1978, 1984) e Foster (1985). Atkinson (1983) forneceu ele mesmo uma avaliação crítica daquela literatura e comentou algumas das questões que foram levantadas. Ver também Kolm (1969, 1976) sobre problemas afins.
 36. Esta função u tem sido usualmente interpretada como uma “função de utilidade”. Mas u não precisa necessariamente ser vista como “utilidade”; sobre isso ver Atkinson (1983: 5-6). O bem-estar social é tomado como uma

função aditivamente separável das rendas individuais. As pequenas quantidades de bem-estar social, que dependem das respectivas rendas das pessoas, são derivadas da mesma função para todos, e então somadas conjuntamente para produzir o bem-estar social agregado. Se u é tomada como utilidade (uma visão permissível, que fornece a mais simples — certamente a mais comum — interpretação), então a pressuposição da mesma função u para todos equivale à da mesma função de utilidade para cada um dos indivíduos. Mas, de modo mais geral, não importando qual interpretação de $u(y)$ é escolhida, essa função deve ter a característica de ser a mesma para todos. Similarmente, na extensão da medida de Atkinson para um formato não necessariamente aditivamente separável, proposta em meu OEI (pp. 38-42), a pressuposição de uma função W agregada *simétrica* implica que a renda de cada um terá o mesmo impacto global. Embora formalmente tudo isso seja consistente com muitas histórias subjacentes diferentes, o argumento central é baseado na suposição da *mesma* relação de conversão (entre renda e realização) para diferentes pessoas. Sobre o problema geral da conversão, ver Fischer & Shell (1972), Sen (1979c) e Fischer (1987).

37. Adotar a mesma função de utilidade para todos, relacionando utilidade com renda (ou com renda e trabalho), também é quase o padrão em muitos outros ramos da alocação de recursos, p. ex., na literatura sobre “taxação ótima”, tendo John Mirrlees (1971) como pioneiro; Tuomala (1971) fornece uma proveitosa exposição dessa literatura. Isso se aplica também à literatura sobre a análise de custo-benefício (ver a detalhada investigação crítica de Drèze & Stern, 1987).
38. A abordagem (ver Atkinson 1970b, 1975, 1983) desenvolve uma linha de análise originalmente explorada por Dalton (1920), e reavivada também por Kolm (1969). As linhas principais da abordagem e a analítica subjacente são também discutidas em OEI.
39. Para observações esclarecedoras sobre esta questão e outras relacionadas, ver Atkinson (1983: Parte I).

2

LIBERDADE, REALIZAÇÃO E RECURSOS

LIBERDADE E ESCOLHA

A posição de uma pessoa num ordenamento social pode ser julgada por duas perspectivas diferentes, que são (1) a realização de fato conseguida, e (2) a liberdade para realizar. A realização liga-se ao que *conseguimos* fazer ou alcançar, e a liberdade, à *oportunidade real* que temos para fazer ou alcançar aquilo que valorizamos. As duas não necessitam ser congruentes. A desigualdade pode ser vista em termos de realizações e liberdades, e elas não necessitam coincidir. Essa distinção é relevante também para julgar a eficiência, que pode ser vista em termos de realizações individuais ou liberdades para realizar. Por isso, a distinção entre realização e liberdade é bastante central para a avaliação social.¹

Existem, é claro, diferentes modos de julgar a realização, como por meio da utilidade (prazeres obtidos ou desejos satisfeitos), ou pela opulência (rendas ganhas ou consumos usufruídos), ou por meio da qualidade de vida (medidas de padrões de vida).² Como discutimos no capítulo anterior, a escolha entre esses diferentes espaços é uma questão profundamente significativa na avaliação de nossas vidas e das coisas que conseguimos, e também é de grande importância na avaliação da desigualdade (especialmente para responder à pergunta “igualdade de quê?”). Mas qualquer que seja o modo dado para caracterizar a realização, há ainda uma questão adicional, a da distinção entre (1) a extensão da *realização*, e (2) a *liberdade* para realizar.

Algumas bem conhecidas abordagens da apreciação da vanta-

gem individual e da avaliação de boas ordens sociais têm tratado diretamente apenas da realização, atribuindo à liberdade para realizar uma importância inteiramente instrumental — como meio para realizações de fato conseguidas. O utilitarismo é um exemplo óbvio. A abordagem utilitarista é caracterizada por (1) limitar as comparações interpessoais para avaliação social a realizações apenas, e (2) identificar as realizações com as utilidades realizadas. As duas características produzem juntas o foco informacional utilitarista sobre as utilidades individuais, comparadas interpessoalmente, para a avaliação pessoal e social.

Similarmente, as funções de Bergson-Samuelson de bem-estar social, como apresentadas e exploradas nas suas formulações clássicas (ver Bergson 1938; Samuelson 1947), tendem a limitar sua atenção direta somente a realizações (p. ex., satisfação de preferências, satisfação do consumidor), atribuindo valor à liberdade individual apenas indiretamente, como meio para realizações. Em certa medida isso também se aplica às correspondentes estruturas “arrovianas” de escolha social,^{3*} que também têm sido direcionadas principalmente para as preferências individuais sobre estados de coisas [*states of affairs*], em vez de considerar a liberdade de escolher *dentre* estados de coisas. Mas muito depende de como os estados são caracterizados — em particular se as escolhas disponíveis para *mover-se* a outros estados são tomadas como *parte* de cada estado particular.⁴ Desenvolvimentos recentes na teoria da escolha social tentaram introduzir apreciações da liberdade na estrutura de avaliação, no contexto específico de atribuição de valor à liberdade.⁵

O foco exclusivo nas realizações foi recentemente contestado seriamente por meio de argumentos a favor de basear-se a avaliação política nos meios para realização, tal como o interesse rawlsiano na distribuição de “bens primários”, a concentração dworkiniana

**Arrovian social-choice frameworks* quer dizer estruturas identificadas e padronizadas — internamente à “teoria da escolha social” — por Kenneth Arrow. (N. do T.)

na distribuição de “recursos”, e assim por diante. Uma vez que os *meios* na forma de recursos, bens primários etc. indubitavelmente aumentam a liberdade para realizar (mantidas iguais as outras coisas), não é disparatado conceber estes movimentos como nos levando *em direção* à liberdade — distanciando-nos da atenção confinada exclusivamente à apreciação da realização. Se visamos à igualdade no espaço de recursos ou de bens primários, isso pode ser visto como uma mudança do exercício avaliatório em direção à avaliação da liberdade, afastando-o da avaliação da realização como tal.

Mas deve ser reconhecido ao mesmo tempo que igualar a propriedade de recursos ou parcelas de bens primários não necessariamente iguala as liberdades substantivas usufruídas por pessoas diferentes, já que pode haver variações significativas na *conversão* de recursos e bens primários em liberdades. Os problemas de conversão podem envolver algumas questões sociais extremamente complexas, especialmente quando as realizações em questão são influenciadas por intrincadas relações e interações intragrupais.⁶ Mas, como discutimos anteriormente, as variações na conversão podem também surgir de simples diferenças físicas. Por exemplo (para ilustrar com um caso simples já referido), que uma pessoa pobre esteja livre da subnutrição depende não somente de seus recursos e bens primários (p. ex., através da influência da renda sobre a capacidade para comprar comida), mas também de suas taxas metabólicas, sexo, gravidez, ambiente climático, exposição a doenças parasíticas, e assim por diante. De duas pessoas com rendas idênticas e outros bens primários e recursos (como caracterizados nas estruturas rawlsiana e dworkiniana), uma pode estar inteiramente livre para evitar a subnutrição, e a outra, de nenhum modo livre para realizar isso.⁷

A mudança da realização para os *meios* de realização (na forma da focalização, por Rawls, dos bens primários ou da concentração, por Dworkin, sobre os recursos)⁸ realmente pode ter ajudado a desviar a atenção da literatura *na direção* da observação da importância da liberdade, mas o desvio não é adequado para capturar a *extensão*

da liberdade. Se nossa preocupação é com a liberdade como tal, então não existe saída senão procurar uma caracterização da liberdade na forma de conjuntos alternativos de realizações que temos o poder de realizar. Antes que essa questão mais exigente seja enfrentada (na seção “Liberdade distinguida de recursos” e nos Capítulos 3-5), outro aspecto da distinção realização-liberdade relacionado com a teoria econômica padrão pode ser merecedor de exame.

RENDA REAL, OPORTUNIDADES E SELEÇÃO⁹

A distinção entre realização e liberdade pode ser ilustrada por duas interpretações diferentes da análise da renda real que podem ser encontradas na literatura e que freqüentemente não são claramente distinguidas. A avaliação da renda real pode ser vista como a avaliação do benefício que uma pessoa recebe de um *pacote particular* de mercadorias que adquire: “*x* é um pacote melhor para essa pessoa do que *y*?” A comparação é diretamente da natureza dos pacotes selecionados, e podemos chamá-la a “visão da seleção”. Alternativamente, o foco pode não estar somente sobre os pacotes particulares comprados, mas sobre o *conjunto* de todos os pacotes que a pessoa *poderia* ter comprado com aquela renda: “O conjunto orçamentário *A* dá a essa pessoa um conjunto melhor de opções do que o conjunto orçamentário *B*?” Esta pode ser denominada a “visão das opções”.

O princípio fundamental da estrutura axiomática das comparações de renda real depende da interpretação das comparações, e tanto a visão da seleção quanto a das opções têm sido usadas amplamente — explicitamente ou por implicação.¹⁰ O uso da visão das opções toma forma na afirmação de que escolher *x* de um conjunto *A* é superior a escolher *y* de um conjunto *B* se *A* oferecer, *inter alia*, a possibilidade de escolher *y* também.¹¹ Esta é a abordagem da “preferência revelada” nas comparações de renda real.¹² Seu princípio está baseado na utilização de dados sobre “preço-quantidade” comprada para fazer uma comparação particular da liberdade

de para escolher, a saber, se alguém poderia escolher *A* o que foi escolhido de *B*.

A visão da seleção, por outro lado, está focalizada na comparação somente dos pacotes *x* e *y*, e isso é feito pressupondo-se uma estrutura particular de preferências (especificamente a *convexidade* — em essência, taxas marginais não crescentes de substituição). Os dados sobre preços e compras são usados para estimar os pesos relativos atribuídos às diferentes mercadorias *localmente* (quer dizer, para as respectivas quantidades de fato compradas), e a pressuposição de taxas marginais não crescentes de substituição é usada para determinar se um pacote *x* escolhido de *A* pode ser declarado superior a *y* escolhido de *B*.¹³ As oportunidades de escolha como tais não são comparadas nesse exercício.

As duas abordagens dão resultados similares em comparações de rendas reais sob hipóteses usuais, mas (1) elas envolvem estratégias bem diferentes, e (2) conduzem a resultados diferentes quando as hipóteses usuais (p. ex., mercados competitivos) são omitidas.¹⁴ Aqui estamos interessados nas diferenças entre as duas estratégias, em particular no contraste entre comparar *opções* e comparar diretamente a bondade dos pacotes *selecionados*.

Preciso acrescentar, contudo, que no uso da visão das opções na abordagem da preferência revelada — como a análise de fato tem sido levada a cabo — nenhuma importância *intrínseca* é de fato atribuída à extensão da liberdade de escolha como tal. Ao contrário, as oportunidades de escolha são vistas somente como *meios* para adquirir os pacotes de mercadorias preferidos. Mas é possível estender a análise lógica das comparações de opções usada pela abordagem da preferência revelada à atribuição de importância *intrínseca* à liberdade de escolha em si mesma.¹⁵ Enquanto a visão da seleção considera diretamente a bondade dos pacotes de mercadorias (nada mais estando envolvido), a visão das opções também pode ser usada para comparar as extensões da liberdade de escolha. Na literatura da preferência revelada, nenhum valor *intrínseco* é atribuído à liberdade como tal e ela é avaliada em ter-

mos puramente instrumentais (em termos do valor do pacote escolhido), mas a mesma técnica de análise pode ser adotada para levar em conta o valor intrínseco da liberdade (se a liberdade é vista como importante em si mesma).

LIBERDADE DISTINGUIDA DE RECURSOS

Voltemos agora à distinção entre *liberdade* e os *meios para a liberdade* (tais como bens primários ou recursos, que ajudam as pessoas a conseguir mais liberdade). Podemos começar vendo a distinção no contexto do consumo de mercadorias, ainda que esse não seja nosso foco de atenção mais básico. O “conjunto orçamentário” [*budget set*] representa a extensão da liberdade da pessoa neste espaço, quer dizer, a liberdade de lograr o consumo de vários pacotes alternativos de mercadorias. Esse conjunto orçamentário é derivado com base nos recursos da pessoa (neste caso, o nível de renda e a oportunidade de comprar mercadorias a dados preços). A distinção entre (1) os recursos de que depende o conjunto orçamentário e (2) o próprio conjunto orçamentário é um exemplo simples da distinção geral entre os *meios* para a liberdade e a *extensão* da liberdade (neste caso, com tudo visto em termos dos pacotes de consumo que podem ser obtidos).

Um desvio na atenção da realização para os recursos (p. ex., do pacote de mercadorias *escolhido* para a renda com a qual tais pacotes poderiam ser comprados) pode realmente ser visto (como foi afirmado antes) como um movimento no sentido de prestar maior atenção à liberdade, já que os recursos nos informam sobre o conjunto de pacotes de mercadorias que podemos escolher.¹⁶ A estratégia de estimar a vantagem individual considerando o controle de uma pessoa sobre os recursos, em oposição àquilo que o indivíduo de fato consegue, é a de refocalizar nosso propósito mudando da realização para os meios para a liberdade, e isso é, num sentido claro, um tributo à liberdade.

Várias mudanças importantes na filosofia política e moral contemporânea (p. ex., o foco de Rawls sobre os bens primários na sua teoria da justiça, os argumentos de Dworkin a favor da “igualdade de recursos”), que foram em parte motivadas por uma preocupação com a importância da liberdade, tenderam a se concentrar no controle individual sobre *recursos* — numa forma ou outra — como a base das comparações interpessoais da vantagem individual.

Ainda que este tenha sido um movimento na direção correta (no que diz respeito à liberdade), o hiato entre *recursos que nos auxiliam* a conseguir liberdade e a extensão *da liberdade em si* é importante em princípio e pode ser crucial na prática. A liberdade tem de ser distinguida não apenas da realização, mas também de recursos e meios para a liberdade.¹⁷

Este problema da variação interpessoal pode parecer bem improvável no caso da conversão de recursos em pacotes de mercadorias, já que as hipóteses de preços uniformes, mercados competitivos etc. são usualmente assumidas na literatura econômica sobre essas questões. Mas isso em parte é uma estranha teoria, e na realidade preços não uniformes e outras variações interpessoais na conversão são bastante comuns. Porém, uma vez que desviamos a atenção do espaço de mercadorias para o espaço daquilo que uma pessoa pode, de fato, fazer ou ser (ou que tipo de vida uma pessoa pode levar), o mais importante, as fontes de variações interpessoais na conversão, podem ser numerosas e potentes.¹⁸

Os recursos que uma pessoa tem, ou os bens primários que detém, podem ser indicadores bastante imperfeitos da liberdade que essa pessoa realmente desfruta para fazer isto ou ser aquilo.¹⁹ Como foi discutido no capítulo anterior, as características pessoais e sociais de pessoas diferentes podem diferir enormemente e resultar em variações interpessoais substanciais na conversão de recursos e bens primários em *realizações*. Exatamente pela mesma razão, as diferenças interpessoais nessas características pessoais e sociais podem tornar similarmente variável a conversão de recursos e bens primários em *liberdade* para realizar.

Se estamos interessados na liberdade de escolha, então temos de considerar as *escolhas* que uma pessoa de fato tem, e necessitamos pressupor que os mesmos *resultados* seriam obtidos levando-se em conta os recursos sobre os quais essa pessoa tem controle. Na filosofia política contemporânea (tais como a de Rawls e Dworkin), as mudanças para as comparações interpessoais baseadas em recursos podem certamente ser vistas como nos conduzindo à consideração da liberdade, mas são mudanças substancialmente inadequadas.²⁰ Em geral, comparações de recursos e bens primários não podem servir como a base para comparar liberdades. A valoração da liberdade impõe exigências rigorosas sobre nossa consideração — exigências que não podem ser satisfeitas pela consideração de alguma outra coisa.²¹

NOTAS

1. A relevância da perspectiva da liberdade no contexto da avaliação de diferentes tipos de economia foi examinada por Kornai (1988), Lindbeck (1988) e Sen (1988a), em simpósio organizado pela Associação Econômica Européia.
2. Tratei de algumas dessas questões nas minhas Conferências Tanner sobre "o padrão de vida". Ver Sen *et al.* (1987), que também inclui comentários e análises adicionais apresentadas pelos debatedores John Muellbauer, Ravi Kanbur, Keith Hart, Bernard Williams e Geoffrey Hawthorn, que também editou este volume.
3. Ver Arrow (1951, 1963).
4. Depois que preparei este manuscrito, tentei examinar a possibilidade de integrar a perspectiva da liberdade na estrutura da teoria da escolha social em minhas Conferências Kenneth Arrow na Stanford University em maio de 1991 ("Freedom and Social Choice").
5. Uma tentativa nesta direção foi feita por Sen (1970a, 1970c). A vasta literatura sobre o tratamento da liberdade na teoria da escolha social foi bem discutida e analisada por Suzumura (1983), Wriglesworth (1985) e Riley (1987), entre outros. Para lidar com a importância da liberdade, o formato da escolha social tem tanto vantagens como limitações, se comparado com (1) afirmações deontológicas tradicionais, (2) formulações padronizadas

- da economia do bem-estar, e (3) interpretações nos moldes da teoria dos jogos. Estas e outras questões afins foram discutidas, junto com o exame de modos de integrar apreciações da liberdade a estruturas com forma da escolha social, numa extensa literatura, incluindo *inter alia* Sen (1970a, 1976c, 1982b, 1982c, 1983a, 1992a), Ng (1971, 1979), Batra & Pattanaik (1972), Peacock & Rowley (1972), Nozick (1973, 1974), Bernholz (1974, 1980), Gibbard (1974), Blau (1975), Fine (1975b), Seidl (1975, 1986b, 1990), Campbell (1976, 1989), Farrell (1976), Kelly (1976a, 1976b, 1978), Aldrich (1977), Breyer (1977), Perelli-Minetti (1977), Ferejohn (1978), Karni (1978), Stevens & Foster (1978), Suzumura (1978, 1980, 1983, 1991), Austen-Smith (1979, 1982), Mueller (1979), Barnes (1980), Breyer & Gardner (1980), Breyer & Gigliotti (1980), Fountain (1980), Gardner (1980), McLean (1980), Weale (1980), Gaertner & Krüger (1981, 1983), Gärdenfors (1981), P. J. Hammond (1981, 1982), Schwartz (1981, 1986), Sugden (1981, 1985), Levi (1982, 1986), Wriglesworth (1982, 1985), Chapman (1983), K. Basu (1984), Gaertner (1985, 1986), Kelsey (1985, 1988), Schotter (1985), Coughlin (1986), Barry (1986), Elster & Hylland (1986), Hylland (1986), Webster (1986), Harel & Nitzan (1987), MacIntyre (1987, 1988), Mezzetti (1987), Nurmi (1987), Riley (1987, 1989a, 1989b), Sonstegaard (1987), Subramanian (1987), Allen (1988), Gigliotti (1988), Pattanaik (1988), S. O. Hansson (1988), Deb (1989), Gärdenfors & Pettit (1989), A. Hamlin (1989), Hurley (1989), Vallentyne (1989), Xu (1990), Gaertner, Pattanaik & Suzumura (1992), entre outras contribuições.
6. Esta é uma questão particularmente importante na avaliação da pobreza como envolvendo a deficiência para realizar alguns funcionamentos sociais mínimos, como tomar parte na vida da comunidade. Sobre isso ver Sen (1983d), e também Cap. 7, adiante.
 7. Sobre a importância prática desse tipo de questão, com ilustrações empíricas, ver Sen (1985b), particularmente os Apêndices A e B. Ver também Arneson (1989a, 1990a, 1990b, 1991) e G. A. Cohen (1989, 1990, 1993).
 8. Na proposta de Dworkin, muito dependeria, de fato, do domínio e alcance dos seus mecanismos de seguro contra as deficiências pessoais.
 9. Esta seção recorre a alguns procedimentos padronizados da teoria econômica. Isso a torna um pouco mais "técnica" que o resto do livro, mas nenhum conhecimento muito especializado foi pressuposto. Igualmente, o texto está organizado de forma que o leitor não-economista seja capaz de seguir as seções subseqüentes mesmo se esta seção for saltada.
 10. Estes usos foram examinados e analisados em Sen (1979c).
 11. Observem que esta não é uma comparação *completa* dos dois conjuntos A e B, mas que leva em conta A à luz do elemento y escolhido de B.
 12. Ver Samuelson (1938, 1947); também Houthakker (1950) e Little (1950). Comparações de opções de escolha são usadas na abordagem da "preferência revelada" para inferir a função de utilidade da pessoa com base nas suas

escolhas a partir de diferentes conjuntos de pacotes. O procedimento de chegar à utilidade a partir de escolhas tem uma quantidade de traços problemáticos, incluindo o uso de algumas pressuposições fortes sobre a natureza dos objetivos almejados pela pessoa e a interpretação da função objetivo como a função de utilidade pessoal do indivíduo (sobre isso, ver Sen 1973b, 1977c). Não estamos tratando aqui diretamente da estratégia de “recuperação” das funções de utilidade pessoal a partir das escolhas observadas, mas do esclarecimento provido pelo procedimento de comparar as opções de uma pessoa em vez de somente os pacotes escolhidos. Portanto, estamos usando apenas uma parte da cadeia do raciocínio da “preferência revelada”, mas não toda.

13. Ver Hicks (1939, 1940), Samuelson (1947) e Graaff (1957).
14. Sobre isso, ver Majumdar (1969) e Sen (1979c).
15. Sobre a importância da distinção entre valorações *instrumental* e *intrínseca* da liberdade e suas implicações para a teoria econômica, ver Sen (1988a).
16. Observe-se, contudo, que os recursos de propriedade de uma pessoa ou as liberdades que usufrui num momento particular do tempo podem ter sido o resultado de realizações no passado. Quando se considera o contraste entre realizações e meios para a liberdade, não há qualquer intenção de negar essa conexão. De fato, uma formulação mais completa da relação iria requerer uma ponderação intertemporal apropriada das interconexões envolvidas.
17. Mesmo no espaço de mercadorias, o *conjunto* de pacotes de mercadorias sobre o qual a pessoa tem controle é uma melhor representação da liberdade (nesse espaço de mercadorias) do que os recursos que podem ser usados para obter controle sobre um conjunto de pacotes de mercadorias. A última nos levará à primeira, mas a conversão vai depender de certas circunstâncias contingentes, p. ex., mercados e preços. Se essas conversões variam de pessoa para pessoa, então uma pessoa pode estar à frente no espaço de recursos mas atrás em termos da liberdade no espaço de mercadorias (p. ex., com aluguéis diferenciados como parte de uma política de habitação pública).
18. Um dos exemplos mais discutidos de variações interpessoais relaciona-se com as “necessidades” nutricionais de diferentes pessoas. Para modos diferentes de lidar com estas variações, ver Sukhatme (1977, 1982), Srinivasan (1981, 1992), Gopalan (1983), Lipton (1983), Blaxter & Waterlow (1985), Payne (1985), Vaidyanathan (1985), Scrimshaw (1987), Payne & Lipton (1988), Anand & Harris (1990, 1992), Dasgupta & Ray (1990), Osmani (1990a, 1992a, 1992b), Bhargava (1991), entre outras contribuições.
19. Para uma discussão mais detalhada sobre esta questão, ver Sen (1980a, 1991b). Sobre problemas aparentados, ver Lehning (1989) e Pogge (1989).
20. Mais sobre este ponto no Cap. 5, quando consideraremos o problema da avaliação da desigualdade no contexto das teorias da justiça.
21. No próximo capítulo, examino e analiso a idéia de liberdade para realizar bem-estar como um prelúdio para o exame de desigualdades de liberdades.

3

FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADE

CONJUNTOS CAPACITÁRIOS

Este capítulo explora a perspectiva da “capacidade” sobre a avaliação do (1) bem-estar, e da (2) liberdade para buscar bem-estar. A abordagem foi discutida com certo detalhe em outro lugar.¹ Aqui vou restringir a apresentação a somente alguns aspectos elementares dessa perspectiva.

O bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade (a “bem-dade” [*well-ness*], por assim dizer) do “estado” da pessoa [*the person's being*]. Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beings and doings*].* A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante.² A asserção é de que os funcionamentos são *constitutivos* do “estado” [*being*] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes.³

Relacionada intimamente com a noção de funcionamentos,

*Parece ser analiticamente relevante acrescentar que a paráfrase “o que se é (e como se é e se está) e o que se faz (e como se faz)” é uma descrição — talvez ainda incompleta — do que genericamente está sendo referido pela expressão “beings and doings”. Ver o termo “functionings” no Glossário. (N. do T.)